

TRAÇO E TERRITORIALIDADE: O FUNDAMENTO SEMIÓTICO DA INFORMAÇÃO DO MAPA NA DEMARCAÇÃO TERRITORIAL

Estevão Pastori Garbin¹; Fernando Luiz de Paula Santil²

Resumo: A territorialidade é um traço que acompanha a humanidade e que se expressa nos mapas de variadas formas. Neste trabalho, objetiva-se analisar como um mapa histórico é semioticamente capaz de informar a territorialidade dos espaços representados a partir da semiótica de extração peirceana. Para tanto, foi proposto uma análise fenomenológica da categoria território e uma breve investigação do fundamento informacional dos produtos cartográficos. Por fim, verificou-se algumas das estratégias utilizadas pelos cartógrafos para expressar o controle territorial e os signos para demarcar suas territorialidades em um mapa histórico do século XVIII.

Palavras-Chave: Semiótica peirceana. Mapas históricos. Análise semiótica.

INTRODUÇÃO

Os mapas são testemunhos históricos de como os seres humanos compreendem, representam e dominam os seus espaços, cuja existência antecede, inclusive, o desenvolvimento da escrita. Este é um aspecto importante pois, como afirma Turnbull (1989), os mapas ilustram as mais diferentes estratégias para a expressão de visões de mundo e carregam esquemas cognitivos, ontológicos e epistemológicos próprios de um povo e de um tempo. Uma das principais características dos produtos cartográficos é seu aspecto seletivo, isto é, sua propriedade de filtrar os aspectos relevantes do espaço a serem representados em detrimento de outros (KEATES, 1989), o que possibilita a realização de análises sobre as motivações e estratégias dos autores de mapa, tanto do ponto de vista dos recursos técnicos empregados quanto do ponto de vista do seu uso.

A cartossemiótica é uma das áreas da Cartografia que tem como objetivo compreender a partir da teoria dos signos como se organiza a linguagem dos mapas (SCHLICHTMANN, 1999). Este campo tem como papel auxiliar a Cartografia a entender como ocorre o processo transformação e representação da informação espacial no mapa, cuja sistematização se deu principalmente a partir da década de 1970 (FERNÁNDEZ e BUCHROITHNER, 2011). A cartossemiótica é dividida por Schlichtmann (2009) em cinco áreas de pesquisa: (a) a primeira trata dos aspectos teóricos da estrutura e funcionamento da linguagem cartográfica; (b) a segunda estuda os processos de criação e leitura do signo cartográfico; (c) a terceira analisa contextos sociais e culturais do mapa, dos seus autores e dos seus usuários; (d) a quarta estuda os signos cartográficos que dão suporte para os estudos do território e do tipo de público-alvo do mapa e, por fim, (e) uma quinta área que estuda aspectos circunstanciais e históricos que envolvem a criação de um produto cartográfico.

¹ Doutorando em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, epgarbin@gmail.com

² Docente do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Universidade Federal de Uberlândia, santilfp@gmail.com

Uma das questões de interesse da cartossemiótica são os caminhos percorridos pelos signos para que estes consigam transmitir as informações adequadamente e, também, como ocorre o incremento de informação dos mapas ao longo do tempo. É este fenômeno que justifica, por exemplo, a capacidade de se analisar como ocorre a evolução de paisagens pelos mapas; como um determinado povo compreende a organização do seu espaço ou, ainda, como os espaços são avaliados e dominados por seus atores, transformando esses em territórios.

Neste contexto de interesse da cartossemiótica em analisar a capacidade dos mapas em expressar as territorialidades, esta pesquisa tem como objetivo analisar como os produtos cartográficos veiculam as informações referentes à territorialidade, ressaltando os fundamentos semióticos que estruturam o território, sob o ponto de vista da informação. A informação é tratada neste trabalho em uma perspectiva da semiótica peirceana, que a compreende como o “material lógico internalizado” nos elementos do mapa que tem como objetivo aproximá-lo do espaço que representa, alterando tanto sua potencialidade interna em representa-lo, quanto de gerar no intérprete um novo estado de conhecimento sobre alguma coisa (NÖTH e GURICK, 2011, p. 18).

Para se compreender as estratégias na reafirmação destas territorialidades expressas nos mapas, a metodologia desenvolvida e empregada para a obtenção dos resultados baseou-se na aplicação das categorias fenomenológicas da primeiridade, secundidade e terceiridade, bem como na visualização do papel da informação em Peirce, considerando as especificidades das categorias de território e territorialidade em Raffestin (1993). Justifica-se a realização deste trabalho na medida em que o desenvolvimento de novas ferramentas teóricas para a análise dos mapas pode revelar novas características de como um território é concebido por seus atores sociais, compreendendo parte dos argumentos e das estratégias para a reafirmação de suas territorialidades.

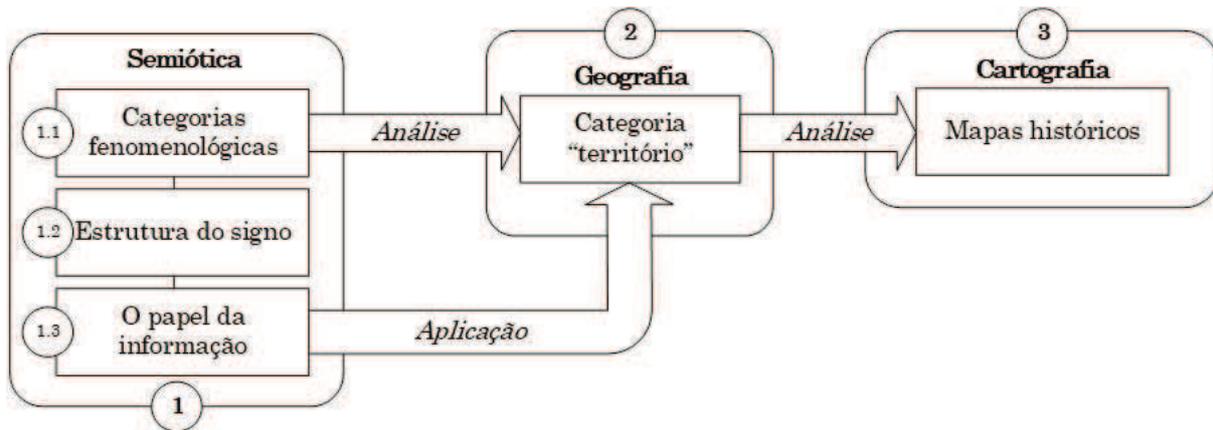
MATERIAIS E MÉTODOS

A construção metodológica desta pesquisa envolve três principais etapas, como ilustra a Figura 1.

A primeira etapa é caracterizada pela apresentação e contextualização dos referenciais teóricos advindos da semiótica de Charles Sanders Peirce no que se refere às categorias fenomenológicas e à estrutura do signo, ressaltando o papel da informação no contexto do movimento e evolução dos signos (semiose). O objetivo desta etapa é apresentar as ferramentas analíticas da semiótica peirceana que serão aplicadas à categoria ‘território’, objeto de discussão da segunda etapa.

A segunda etapa tem como propósito a apresentação dos referenciais teóricos sobre os conceitos de território, poder e territorialidade em Raffestin (1993). Esta revisão de literatura é necessária, pois a aplicação das categorias e conceitos peirceanos na análise da territorialidade expressa nos mapas não pode ser apenas transposta, mas reconstruída, à luz das especificidades dos conceitos de interesse desta pesquisa.

Figura 1 – Fluxograma metodológico da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

A análise da categoria território a partir das categorias fenomenológicas peirceanas compõe parte dos resultados desta discussão. Seu propósito é ressaltar a predominância fenomenológica da categoria território e, a partir deste resultado, será exposto o papel da informação na geração de signos típicos desta categoria. O itinerário da aplicação da análise semiótica está baseado nos apontamentos de Santaella (2010) e Garbin (2016). Este itinerário é caracterizado pelo seguimento da hierarquia de análise do mapa a partir das categorias da primeiridade, secundidade e terceiridade, dando principal ênfase às relações estabelecidas entre o mapa e o espaço representado.

A terceira etapa refere-se à análise de um mapa histórico buscando, a partir dos resultados obtidos nas etapas anteriores, reconhecer como a informação do território é representada no mapa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A potencialidade analítica da Semiótica e o papel das categorias fenomenológicas

A Semiótica é uma ciência que tem como objetivo analisar como os signos se estruturam, como se combinam e quais suas potencialidades em estabelecer mediações. Na vertente desenvolvida por Charles Sanders Peirce, o signo é considerado tudo aquilo que, em um aspecto ou modo, representa algo para alguma mente (SANTAELLA, 2010).

A Semiótica pode ser subdividida em três ramos: gramática pura, lógica crítica e metodêutica. De acordo com Santaella (2012, p. 40) a gramática pura é responsável por estudar a fisiologia dos signos de todos os tipos, sendo, portanto, altamente abstrata. Seus conceitos permitem “determinar as condições gerais que fazem com que certos processos, quando exibem comportamentos que se enquadram nas mesmas, possam ser considerados signos” (SANTAELLA, 2010, p. 4). A partir do primeiro ramo da Semiótica, a lógica crítica estuda os tipos de argumentos, inferências ou raciocínios que se estruturam a partir dos signos, como a abdução, a dedução e a indução. Por fim, a retórica especulativa estuda os métodos que cada tipo de raciocínio dá origem (SANTAELLA, 2010, p. 3).

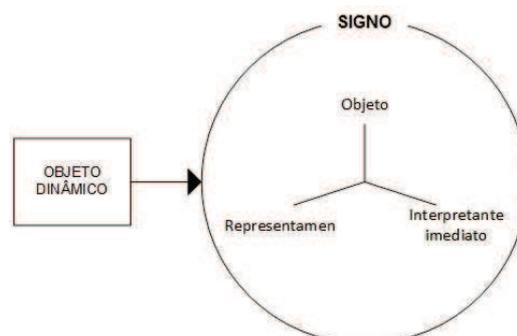
Na concepção peirceana, todo signo é constituído por três elementos interconectados, quais sejam: o representamen, o objeto e o interpretante. De acordo com Peirce:

O REPRESENTAMEN é um sujeito de uma relação triádica DE um segundo, chamado de OBJETO, PARA um terceiro, denominado de INTERPRETANTE, sendo esta relação triádica de tal forma que o REPRESENTAMEN determina que o interpretante esteja em uma mesma relação triádica com o mesmo objeto para algum interpretante (CP 1.541, tradução livre).

O representamen é caracterizado por ser o primeiro relato da tríade que compõe o signo, responsável por permitir que ele seja acessado, sendo “o veículo que comunica à mente algo do exterior” (PEIRCE, 1980, p. 93). Aquilo que o representamen representa é seu objeto, isto é, o segundo correlato, e o efeito provocado pelo signo, seu interpretante - o terceiro correlato. Frisa-se que tanto o objeto quanto o interpretante de um signo apresentam uma natureza representacional, tornando-se correlatos de outras tríades, o que expressa o caráter virtualmente ilimitado da semiose.

É pela identificação das limitações de um signo em esgotar as características possíveis de serem representadas que Peirce apresentou uma distinção entre dois tipos de objetos, denominados dinâmico e imediato. É denominado de objeto imediato os aspectos do objeto que o signo é capacitado para representar, o que lhe confere um aspecto objetivo. A confecção de um mapa, por exemplo, permite ao usuário tecnicamente capacitado identificar os melhores trajetos para seu deslocamento ou a descoberta de novas localidades de interesse: o objeto imediato seria toda a informação objetiva que este mapa pode abrigar, o que não necessariamente significa que qualquer pessoa possa acessá-la ou que exista um meio de objetivar “a quantidade” de características que o signo consegue representar no mapa – ela varia, portanto, a partir da experiência individual da mente que opera os signos (NÖTH e GURICK, 2011). Denomina-se objeto dinâmico todas as características que compõe o objeto que o signo representa apenas parcialmente: no caso deste exemplo, o objeto dinâmico seria todas as características do espaço representado (a altitude do relevo, os tipos de construções, a totalidade das vias de circulação e demais pormenores do espaço que o mapa não consegue esgotar em sua representação) (PEIRCE, 1980). Um diagrama visual do signo é expresso pela Figura 2.

Figura 2 – Estrutura do signo peirceano.



Fonte: Adaptado de Garbin (2016) pelos autores (2018).

Como mencionado anteriormente, o objetivo da semiótica é expor os elementos e a potencialidade comunicativa dos signos, valendo-se de categorias de uma quase-ciência denominada Fenomenologia para sua organização. Considerando que qualquer coisa, independente do seu material, poder exercer o papel de signo, as categorias desenvolvidas pela Fenomenologia não podem ser particulares, isto é, não compreendem apenas um fenômeno por vez (QUEIROZ, 2004), e por isso Peirce identificou e pôs à prova várias vezes ao longo de suas investigações uma lista diminuta de três categorias formais e universais, compreendidas como pertencentes “a todo fenômeno, talvez uma mais proeminente que a outra num aspecto do fenômeno, mas todas pertencendo a qualquer fenômeno” (PEIRCE, 1980, p. 17), denominadas de primeiridade, secundidade e terceiridade. Peirce considera que a faculdade exigida do estudante de Fenomenologia para visualizar estas categorias é “abrir bem os olhos do espírito e olhar bem os fenômenos” (PEIRCE, 1980, p. 17), respeitando as singularidades das dinâmicas que se apresentam ao pesquisador, não sendo necessária a utilização de nenhum instrumento de observação além do juízo.

O critério que Peirce propôs para ordenar toda esta diversidade de fenômenos em categorias baseou-se na capacidade de examinar com destreza os *fánerons* - isto é, tudo o que se apresenta à mente -, critério este acessível a qualquer pessoa capaz de realizar julgamentos (HOOKWAY, 1992, p. 81). São necessárias três faculdades humanas para acessar e testar as categorias, resumidas em ver, atentar para e generalizar por Ibri (1992, p. 6), como explica Santaella (2012, p. 50):

- I. A capacidade contemplativa, isto é, abrir as janelas do espírito e ver o que está diante dos olhos;
- II. Saber distinguir, discriminar resolutamente diferenças nessas observações;
- III. Ser capaz de generalizar as observações em classes ou categorias abrangentes.

A categoria da primeiridade compreende todos os fenômenos do presente, sem considerar o tempo passado ou futuro. Os traços dominantes da primeiridade não envolvem nenhuma comparação, relação, controle ou mudança: ela abrange os fenômenos primeiros, que não necessitam de qualquer relação com um segundo ou terceiro, apresentando originalidade.

A categoria da primeiridade não contempla a ação, porque ação pressupõe binaridade (PEIRCE, 2012, p. 85); não contempla unidade, porque unidade supõe pluralidade (PEIRCE, 2012, p. 85); não contempla nem ao menos “um grau de nitidez deste sentir”, porque isso demandaria comparação (PEIRCE, 2012, p. 85). A originalidade – marca patente dos fenômenos desta categoria - é “ser tal como aquele ser é, independentemente de qualquer outra coisa” (PEIRCE, 2012, p. 24).

A secundidade é uma categoria que compreende todos os fenômenos relativos ao conflito, surpresa, esforço e resistência, ação e reação, aqui e agora, dúvida, díada (IBRI, 1992; SANTAELLA, 1995). A secundidade compreende os fenômenos que se impõem contra nossa existência, ou seja, que materializam alguma qualidade: é uma relação de um primeiro (o ego) com um segundo (o não-ego).

A terceiridade diz respeito à “generalidade, continuidade, crescimento, inteligência” (SANTAELLA, 2010, p. 7). A categoria da terceiridade se evidencia na síntese intelectual que liga um primeiro elemento a um segundo por meio de um terceiro. Peirce (1980, p. 93) considera que a ideia mais simples de terceiridade é expressa pelo signo, pois este representa algo para a ideia que provoca ou modifica em uma relação triádica, assunto este discutido na seção seguinte.

A identificação destas categorias e dos principais elementos que compõem o signo peirceano são importantes nesta medida por duas razões: as categorias fenomenológicas permitem identificar graus de predominância de objetos de estudo – como no caso dos conceitos de território e territorialidade – e permitem que, posteriormente, seja analisado os modos como os elementos dos signos se relacionam para expressar esta predominância, papel este desempenhado pela informação, conceito este tratado na seção seguinte.

O papel da informação no movimento dos signos

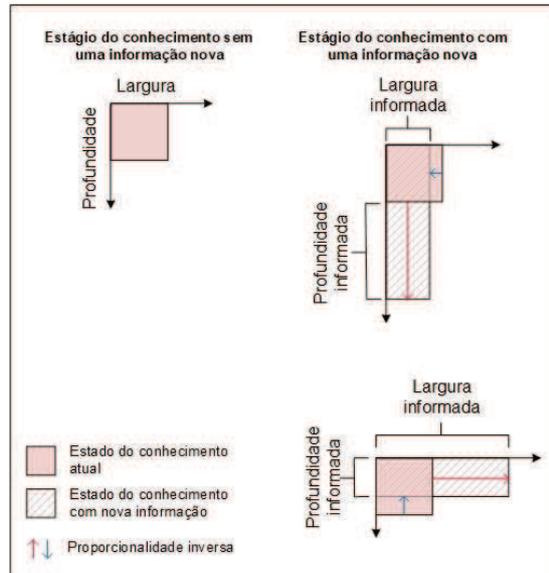
Como evidenciado anteriormente, todo signo é composto por um objeto imediato (que é uma porção limitada daquilo que o signo busca representar - seu objeto dinâmico) que determina seu representamen e que afeta o grau de interpretabilidade do signo, que é seu interpretante imediato. A teoria semântica da informação de Peirce busca explicar como se desenvolvem as relações dos elementos do signo para propiciar o crescimento do seu significado.

As primeiras considerações realizadas por Peirce sobre a informação surgem no apontamento desta como uma terceira quantidade lógica fundamental que complementa a visão tradicional sobre a relação da denotação³ e da *conotação*⁴ (W 1: 459, 1866). De acordo com Nöth e Gurick (2011, p. 8), a denotação refere-se ao conjunto de elementos acessíveis pela experiência empírica ao qual o símbolo representa, como é o caso do conceito de *território*, que compreende os espaços marcados por algum tipo de relação de poder. A conotação refere-se às características dos objetos denotados: no caso do *território*, são as diversas características que o compõem, suas diversas *territorialidades* – conceitos que serão resgatados oportunamente.

Entre a denotação e a conotação existe uma relação de proporcionalidade inversa – que é caracterizada por Romanini (2016, p. 24) como “ponto pacífico” dos empiristas ingleses e descrita pela primeira vez por Kant (NÖTH e GURICK, 2011): ao se aumentar a profundidade do símbolo *território* acrescentando características mais específicas, como *territórios indígenas* ou os *territórios indígenas localizados ao sul do Brasil*, há uma diminuição no número de objetos empíricos denotados. Do mesmo modo, ao generalizarmos os atributos de um símbolo diminuindo a profundidade do termo, expande-se o universo de sujeitos denotados, como ilustra a Figura 3 (W 2:83; NÖTH e GURICK, 2011; ROMANINI, 2016).

³ Também denominada de amplitude, referência, largura ou extensão.

⁴ Também denominada de profundidade ou significação.

Figura 3 - Proporcionalidade inversa entre largura x profundidade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Esta visão tradicional, entretanto, não explica um fenômeno central na lógica, que é o crescimento ou evolução do significado dos termos (ROMANINI, 2016, p. 23). Esta visão não esclarece, por exemplo, como o símbolo 'território' compreende hoje um número maior de significações do que compreendia no século XIX ou, ainda, o reconhecimento da multiterritorialidade. É neste contexto que Peirce atribui o papel da *informação* como a terceira quantidade lógica fundamental das proposições.

Como afirma Peirce (CP 2.419), a informação é o resultado da multiplicação da profundidade pela largura de um símbolo e é compreendida como um conjunto de predicados verdadeiros ou falsos conhecidos em um dado estágio de conhecimento (EP 2: 305, 1904). Além disso, é um fenômeno marcado pelo desenvolvimento, isto é, pelo

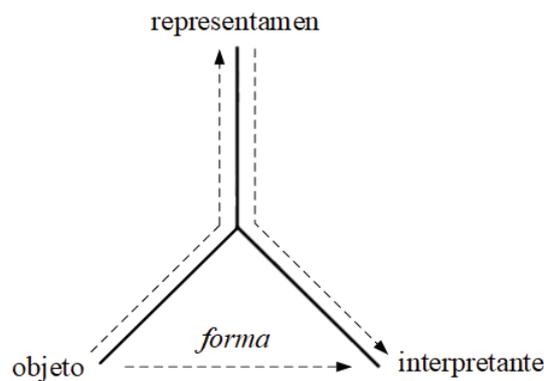
aumento de complexidade, de incorporação de variedade num sistema. É o processo pelo qual algumas poucas coisas, apresentando algumas propriedades simples, evoluem para muitas coisas, que apresentam muitas propriedades complexas (ROMANINI, 2016, p. 23).

Como lembra De Tienne (2005), a informação não deve ser considerada apenas como uma adição de predicados conhecidos sobre um determinado sujeito, porque sua implicação afeta diretamente a dimensionalidade do conhecimento, o que envolve necessariamente a ação dos raciocínios ampliativos. É a atividade investigativa e a análise minuciosa dos componentes conotados pelo sujeito que dá origem a esta terceira quantidade lógica fundamental. Isso significa que a ação do interpretante é dupla: se, por um lado, ele é o efeito de uma relação de determinação de um objeto sobre o representamen, por outro, também funciona como agente que vai servir como agenciador de um outro signo, representando uma semiose precedente e possibilitando uma semiose posterior que não é aleatória, mas guiada por algum propósito.

Este caráter teleológico da informação, que considera o signo como uma antecipação de sua interpretação, é parte do argumento desenvolvido por De Tienne (2005), que trata a informação como potencialidade de uma realidade futura que pode vir a ser visualizada no presente, caso tenha as condições necessárias para isso (PESSOA e GIRARDI, 2007; LISZKA, 2016).

Segundo De Tienne (2005, p. 162), este processo informacional é viabilizado a partir da determinação da *forma* emanada do objeto imediato para o interpretante imediato do signo, sendo esta relação mediada pelo representamen (Figura). A forma é, neste entendimento, um modo de organização da matéria transmitido pela percepção para algum intelecto (LISZKA, 2016, p. 52-3), que são baseadas na predominância fenomenológica do objeto do signo: caso tenham um aspecto de primeiridade, esta forma será um ícone; caso sejam da secundidade, será um índice; e, por fim, se forem formas de terceiridade, serão símbolos. Como lembram Peirce (1980) e Santaella (2010), ícones, índices e símbolos são termos com acepção especial na semiótica peirceana: eles indicam maneiras particulares que os signos estabelecem com aquilo que representam, isto é, com seu objeto dinâmico: no caso dos ícones, esta relação é sempre baseada na semelhança (o signo *se assemelha* com o objeto dinâmico); os índices são relações baseadas na conexão existencial (o signo *aponta para* seu objeto dinâmico); e o símbolo, no cumprimento de uma convenção (se *assume convencionalmente* que o signo representa seu objeto dinâmico). É válido ressaltar que não há garantia de que o representamen realizará esta codificação da forma do objeto e o interpretante sua posterior decodificação de maneira fiel, dado o caráter falibilista da semiose.

Figura 4 - Semiose como comunicação de uma forma do objeto para o interpretante mediada pelo representamen.



Fonte: Adaptado de Queiroz e El-Hani, (2007, p. 291) pelo autor (2018).

Do ponto de vista semiótico, a *informação essencial* – que é o estado hipotético de informação presente em um símbolo - é resultado de uma cadeia de argumentos que acrescentou ao longo do tempo novas características ao signo, não necessariamente acessíveis pelo intérprete e não relacionada ao horizonte de conhecimento de quem interpreta, mas que está ligada a um núcleo comum de significado entre a mente de dois ou mais interlocutores (NÖTH e GURICK, 2011, p. 17). O conceito de território, por exemplo, teve seu significado ampliado ao longo do tempo por uma cadeia de inferências, que não

necessariamente é acessível por todos os geógrafos. Entretanto, o estado hipotético de informação que este conceito carrega permite que uma comunidade de geógrafos estabeleça um diálogo, possibilitando, inclusive, a atribuição de novos significados a este conceito.

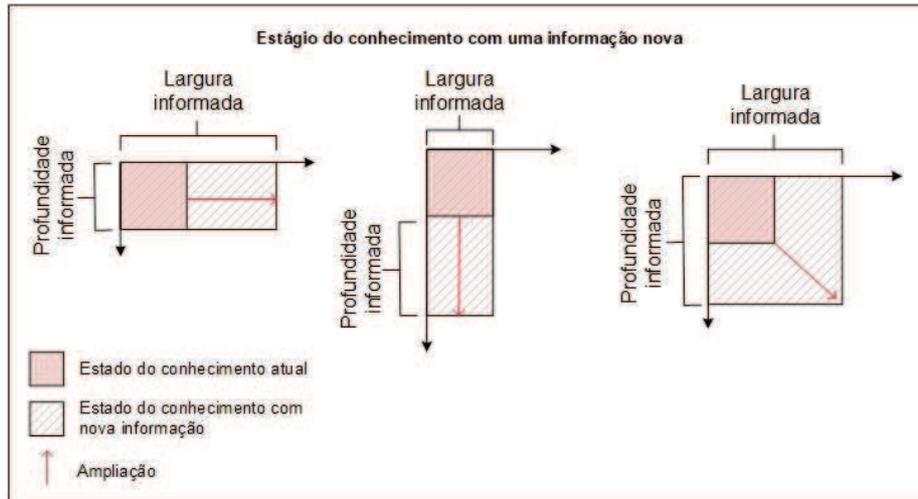
Como recorda Nöth e Gurick (2011, p. 9), Peirce classificou dois tipos de proposições: as explicativas e as ampliativas, sendo apenas esta última tipicamente informativa. O primeiro tipo é responsável por indicar o significado dos termos que estão presentes nas premissas, cuja inferência típica é a dedução (W1:458). Por outro lado, proposições ampliativas não são denotadas pelo termo sujeito, típicas de inferências indutivas e abduativas (W1: 463). As condições para que a geração de informação ocorra são apontadas por Nöth e Gurick (2011):

Se a largura informada do termo sujeito e a profundidade informada do termo predicado se refere respectivamente a coisas e características reais representadas pelos dois símbolos, e, assim, referem aos objetos dos signos, então é necessário que conheçamos previamente tais termos para que possamos entendê-los e, desse modo, entender a nova informação que a proposição veicula. Também é digno de nota que a nova informação criada pela proposição é uma questão de interpretante (NÖTH e GURICK, 2011, p. 11, grifo nosso).

Para este trabalho, este excerto é relevante na medida em que qualifica como *informação* somente a semiose que propicia a expansão do estado atual do conhecimento do usuário a partir da leitura do mapa ou da manipulação de uma categoria espacial, isto é, a informação nova é uma questão de interpretante, embora estes dois conceitos não sejam sinônimos. Como esclarece Liszka (2016, p. 50), o interpretante é o aspecto mais amplo e fundamental de uma semiose, sendo a informação apenas um aspecto que pode ou não ser ampliado, a depender da ação de raciocínios ampliativos.

No caso dos mapas, a informação consiste na ampliação do estado de conhecimento do leitor de que em um ponto específico representado no mapa há um fenômeno espacial (como uma rodovia ou uma cidade, por exemplo) que antes não era conhecido e que, da mesma forma, um fenômeno espacial anteriormente conhecido também se encontra em uma nova localização. Para que este interpretante ocorra, entretanto, o usuário deve conhecer previamente o significado das convenções cartográficas, como a legenda e o sistema de referência.

No exemplo do conceito 'território', basta imaginar todas as possibilidades de dominação de um espaço permitidas pelo desenvolvimento das tecnologias informacionais, que são questões historicamente acrescentadas e que aumentam a profundidade da conotação: assim, aumenta-se a extensão (o conjunto real de todos os 'territórios') e a largura do símbolo (as características conotadas consideradas 'típicas dos territórios') e o fenômeno da proporcionalidade inversa não acontece. A informação é, portanto, esta multiplicação de conhecimento que deu uma nova proposição atribuída ao interpretante de um símbolo (EP 2: 305, 1904), como ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Ampliação e informação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A segunda fase da teoria da informação de Peirce tem seu caráter pragmático na medida em que considera a informação como a expansão do horizonte do conhecimento de um intérprete particular. Neste sentido, deve haver a comunicação de uma novidade ancorada a um elemento existente do universo de conhecimento e experiência do ouvinte para que esta nova informação possa ser de alguma forma relacionada com seu conhecimento acumulado (NÖTH e GURICK, 2011, p. 21).

Os requisitos semióticos para que a informação seja gerada está fundamentada na necessidade de uma associação entre um ícone e um índice na formação de proposições. Isso acontece porque as qualidades que são conotadas em uma proposição - não necessariamente verbal - precisam estar associadas a algum sujeito para que sejam corporificadas e acessadas pelo interlocutor – papel este desempenhado pelo índice. Um aspecto interessante da informação ser definida como resultado de uma multiplicação é que esta operação não pode ser realizada sem nada, ou seja, sem um índice ou um ícone, pois seu resultado seria sempre zero.

Para ilustrar esta necessidade lógica da informação em ter um índice e um ícone associados, Peirce (CP 2.257, 1903) traz como exemplo o cata-vento: este existente (portanto, signo individual) aponta para a direção do vento, isto é, é afetado diretamente pelo seu objeto e só tem a capacidade de informar sobre fatos atuais. Sem um elemento indexical, que é a ligação existencial entre o vento e o cata-vento, um observador não teria condições de aumentar seu estado de conhecimento sobre as condições atmosféricas de um determinado lugar, pois a propriedade qualitativa que caracteriza a ‘direção’ do vento poderia ser atribuída a qualquer brisa, não trazendo, portanto, um conhecimento novo e válido sobre o vento em questão.

O papel da informação na semiose do território

Embora as discussões realizadas até o presente momento sobre as categorias fenomenológicas peirceanas, o fundamento semiótico do signo e o papel da informação em sua transformação sejam incomuns na Geografia, espera-se que sua relevância e potencialidade torne-se mais clara quando esta aproximação ocorre do ponto de vista geográfico.

O que é o território? De acordo com Raffestin, “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa o espaço’” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Isso significa que todo território é formado pela apropriação, ou seja, pelo exercício de um poder. O conceito de poder é discutido pelo autor como uma relação que é exercida por um ente em relação a outro(s) ente(s): o *campo de forças* estabelecidas entre os entes forma um *campo do poder*. Nas palavras do próprio autor, esta relação “é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

A partir de Foucault, Raffestin (1993) reconhece algumas características do exercício do poder que transforma o espaço em território: “[...] não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados” e “as relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas” (RAFFESTIN, 1993, p. 53, grifo nosso). O que se pode observar destas considerações é que o território é formado pelo estabelecimento de relações de poder que são intencionais, não subjetivas e que não são binárias. Significa reconhecer que quaisquer relações que se enquadram nestas características são relações de poder que, quando exercidas no espaço, criam territórios: esta multidimensionalidade de relações que os membros de uma coletividade exercem no território é denominada *territorialidade*.

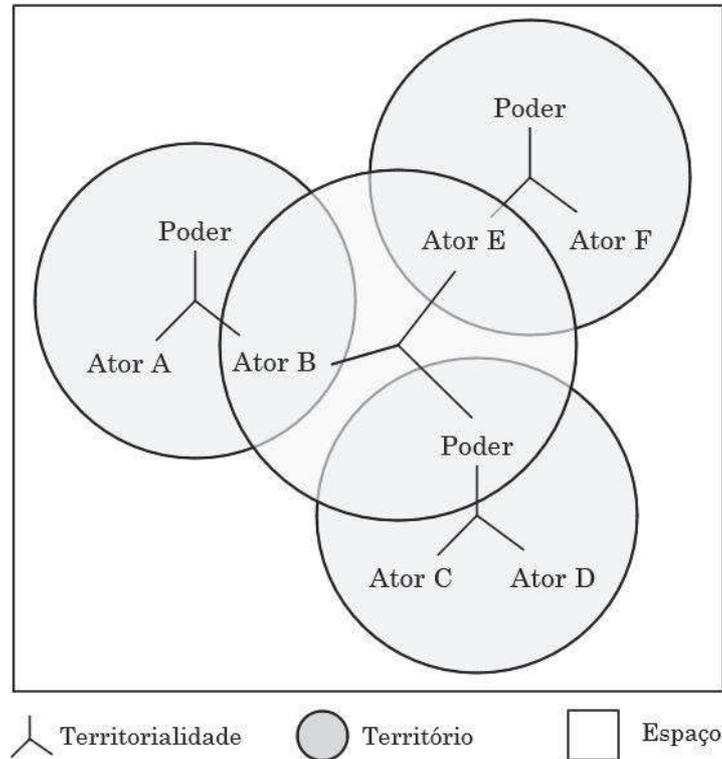
Para o autor:

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais e/ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não esteja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

A marca patente da territorialidade é a alteridade: o reconhecimento do outro, do não-eu. Do ponto de vista das categorias fenomenológicas, o reconhecimento da diferença é inerente ao reconhecimento do outro, o que, por consequência, afasta a predominância da primeiridade das características ressaltadas pela categoria espacial ‘território’. Neste sentido, é válido resgatar que esta relação construída e exercida entre os entes do território não é marcada pela causa e efeito, pela ação binária cega entre o dominador e o dominado: ela é sempre marcada pela intencionalidade e pelo propósito, onde cada um dos entes envolvidos na territorialização buscam ou buscarão estratégias para que sua ação seja efetivada.

O propósito e a intencionalidade são marcas típicas da categoria fenomenológica da terceiridade: há uma síntese triádica que liga o ator, suas intenções e seus meios para atingi-las. Logo, tratar do território é tratar de fenômenos triadicamente relacionados, como as relações de poder entre dois entes, bem como da relação de poder de uma coletividade sobre o espaço. A Figura 6 ilustra esta condição.

Figura 6 – Relações triádicas entre os atores e o poder.

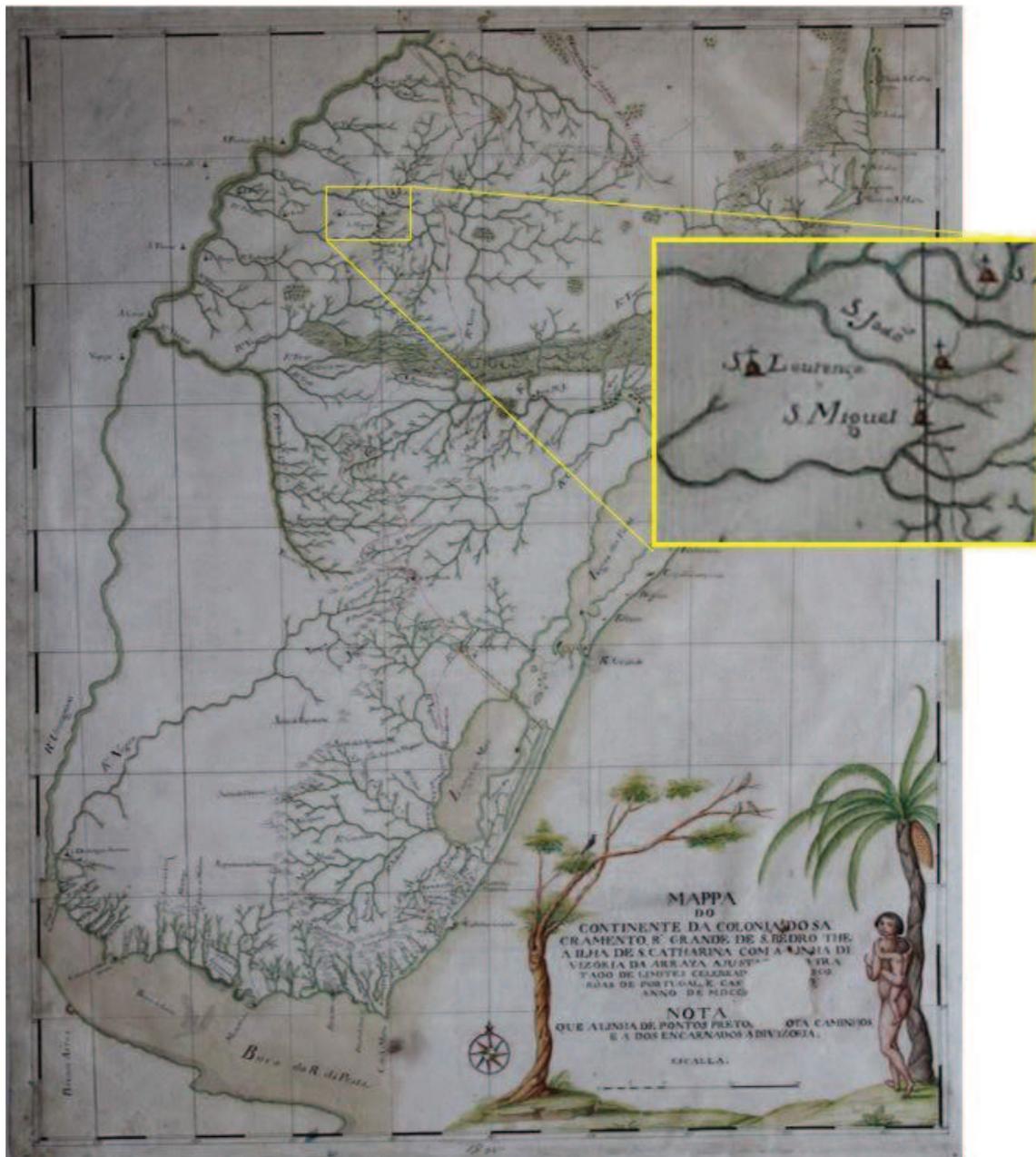


Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Neste sentido, a existência de territórios torna implícita, sempre, a ação mediada pelo poder entre dois entes, sejam eles indivíduos ou grupos. No caso dos mapas, a (co-)existência de território(s) é expressa por signos que se remetem à alteridade dos grupos humanos marcada por relações de poder simétricas ou assimétricas: é esta propriedade inerente ao reconhecimento da territorialidade a informação essencial do signo território. Em termos peirceanos, a informação da territorialidade é “transmitida” por meio da *forma* entre o objeto e o interpretante imediatos (como anteriormente ilustrado pela Figura 4) e que deve estar presente, mesmo que implicitamente, nos signos que a expressam.

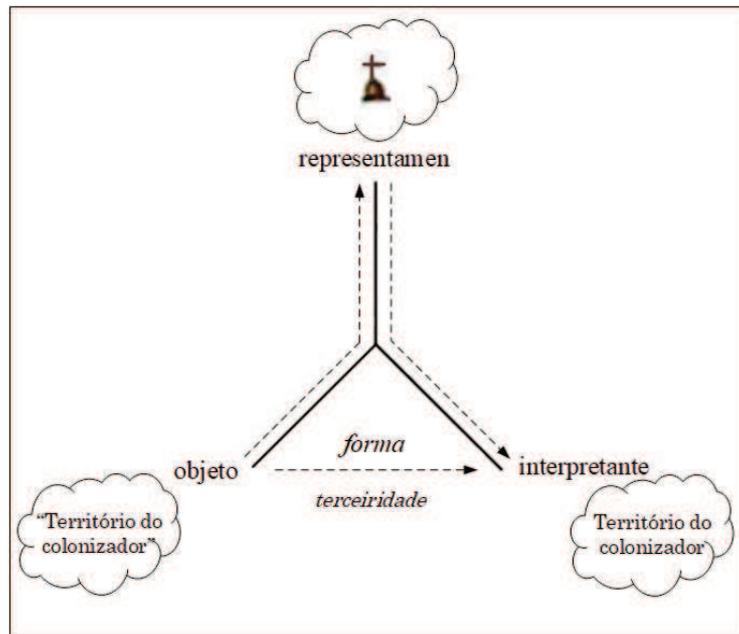
A questão que se coloca neste momento é como esta transmissão da forma entre os elementos do signo se materializa no mapa. Para tanto, foi utilizado um mapa histórico (Figura 7) oportunamente já analisado (Cf. GARBIN e SANTIL, 2015), porém, no presente momento, será analisado com um nível de entendimento da teoria semiótica de Peirce voltado ao conceito de informação.

Figura 7 – Mapa histórico intitulado “Mappa do Continente da Colônia de Sacramento, R^o. Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a Linha dvizoria da Arraya ajustada pelo Tratado de Limites Celebrado entre as Coroas”, não anterior ao ano de 1777.



Fonte: Garcia (2011, p. 49) adaptado pelos autores (2018).

Um dos principais elementos destacados por Garbin e Santil (2015) ao analisar o mapa histórico em questão foi a utilização de símbolos “t” para indicar as áreas onde se encontram instaladas algumas paróquias ou missões (ampliadas na Figura 7), criando uma evidência de que aquele espaço se tornou submetido à uma jurisdição política. Nota-se que o mapa conta com uma representação pictórica em sua margem inferior direita de povos indígenas, o que sugere a indicação da existência de ao menos dois territórios: o do ‘colonizador’ e do ‘colonizado’. No caso do território do colonizador, sua territorialidade é reafirmada a partir da utilização do símbolo em formato de cruz, seguindo uma trajetória representada esquematicamente pela Figura 8.

Figura 8 – Comunicação da forma “território do colonizador” na informação de um signo do mapa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Por serem os símbolos produtos de uma associação convencional entre um signo e aquilo que ele representa, compreende-se que apenas os leitores deste mapa que assinalaram a convenção típica dos crucifixos entenderiam o seu real significado. Isso significa que, provavelmente, este mapa foi construído para ressaltar a territorialidade *pelo* grupo de colonizadores *para* seu próprio grupo, embora seus prováveis usos não possam ser enfaticamente assinalados. Como observa Raffestin (1993), a utilização de convenções cartográficas já ilustra a perspectiva egocêntrica do mapa no domínio – mesmo que cognitivo – do território em questão, o que denuncia outras faces da territorialidade implícita na elaboração do produto cartográfico, como é o caso das grades retangulares para a determinação das coordenadas geográficas ou mesmo a presença de um limite administrativo indicado pela linha vermelha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente discussão teve como propósito demonstrar, do ponto de vista do conceito de informação no escopo da teoria semiótica peirceana, como uma territorialidade é expressa em um mapa histórico na demarcação de um território. Embora seja uma análise inicial, seu fundamento teórico torna possível que as demais categorias espaciais da Geografia (como o lugar, a paisagem, e a região, por exemplo) sejam analisadas a partir das categorias fenomenológicas peirceanas e suas respectivas informações sejam explicitadas no mapa.

REFERÊNCIAS

DE TIENNE, A. Information in formation: a peircean approach. **Cognitio**, v. 6, n. 2, p. 149–165, 2005.

- FERNÁNDEZ, P. A.; BUCHROITHNER, M. F. Cartography in the Context of Sciences: Theoretical and Technological Considerations. **The Cartographic Journal**, v. 48, n. 1, p. 4–10, 22 fev. 2011.
- KEATES, J. **Cartographic design and production**. 2. ed. New York: Longman Scientific & Technical, 1989.
- LISZKA, J. J. How Signs Convey Information. **Chinese Semiotic Studies**, v. 12, n. 1, p. 45–66, 1 jan. 2016.
- NÖTH, W.; GURICK, A. A teoria da informação de Charles S. Peirce. **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 5, p. 4–29, 2011.
- PEIRCE, C. S. **Writings of Charles S. Peirce (vol. 1: 1857-1866)**. Bloomington: Indiana University Press, 1982. (Convencionalmente referida no texto como W seguida pelo tomo e número do parágrafo).
- PEIRCE, C. S. **Collected Papers of Charles S. Peirce**. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1931-58 (Convencionalmente referida no texto como CP seguida pelo tomo e número do parágrafo).
- PEIRCE, C. S. **The Essential Peirce**. Vol 2. Bloomington: Indiana University Press, 1998. (Convencionalmente referida no texto como EP 2 seguida pelo número da página).
- PESSOA, K. B. C.; GIRARDI, G. M. Antecipação e abdução. **Cognitio-Estudos**, v. 4, n. 2, p. 148–153, 2007.
- QUEIROZ, J. **Semiose segundo C.S. Peirce**. São Paulo: Educ e FAPESP, 2004.
- QUEIROZ, J.; EL-HANI, C. N. On Peirce's notion of information: remarks on De Tienne's paper "Information in Formation". **Cognitio**, v. 8, n. 2, p. 289–298, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ROMANINI, V. A contribuição de Peirce para a teoria da comunicação. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 14, n. 1, p. 13–56, ago. 2016.
- SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SCHLICHTMANN, H. An inventory of research in map semiotics. In: SCHLICHTMANN, H. (Ed.). **Map semiotics around the world**. 1. ed. Regina: International Cartographic Association, 1999. p. 1–14.
- SCHLICHTMANN, H. Overview of the semiotics of maps. **Proceedings of 24th International Cartographic Conference**, p. 1–12, 2009.
- TURNBULL, D. **Maps are territories: science is an atlas**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.